

**Maria Iracilda Gomes  
Cavalcante Bonifácio**

**“A VITÓRIA É CERTA”: PERSPECTIVAS HISTÓRICO-DISCURSIVAS DE “NAÇÃO”, “PRODUÇÃO”, “LÍNGUA” E “HOMEM NOVO” NO “MANUAL DE ALFABETIZAÇÃO” E “GUIA DO ALFABETIZADOR” ANGOLANOS (1980)**

**“THE VICTORY IS ASSURED”: HISTORICAL-DISCURSIVES PERSPECTIVES OF “NATION”, “PRODUCTION”, “LANGUAGE” AND “NEW MAN” IN ANGOLA’S “LITERACY MANUAL” AND “LITERACY GUIDE” (1980)**

**RESUMO:** Neste trabalho, apresentamos quatro conceitos presentes no Manual de Alfabetização e no Guia do Alfabetizador “A Vitória é Certa”, editados pelo Ministério da Educação de Angola em 1980: “nação angolana”, “produção”, “língua” e “homem novo”. O objetivo é investigar, a partir desses manuais, a lógica discursiva do sistema educacional organizado e implementado em Angola a partir de 1976, refletindo sobre o modo como estes foram colocados a serviço da construção de uma retórica da continuidade da luta armada defendida pelo MPLA no período pós-independência. Identificamos, na composição desses manuais, elementos que apontam para uma perspectiva de “continuidade da luta”, posta em curso pela hegemonização política da sociedade, legitimada pelo discurso de que o MPLA constituiria a única força política legal no país.

**PALAVRAS-CHAVE:** Retórica da Continuidade; Permanência da Luta; Manual de Alfabetização.

**ABSTRACT:** In this paper, we present four concepts in the Literacy Manual and Literacy Guide “The Victory is assured”, edited by the Angolan Ministry of Education in 1980: “angolan nation”, “production”, “language” and “new man”. The aim is to investigate, from these manuals, the discursive logic of the educational system organized and implemented in Angola from 1976, reflecting on how they were placed at the service of constructing a rhetoric of the continuity of the armed fight defended by the MPLA during the post-independence period. We identified, in the composition of these manuals, elements that point to a perspective of “remaining of the fight”, set in motion by the political hegemonization of society, legitimized by the discourse that the MPLA would constitute the only legal political force in the country.

**KEYWORDS:** Rhetoric of Continuity; Remaining of the Fight; Angolan Literacy Manual.

**Editor-Gerente**

[Ivaldo Marciano de Franca Lima](#)

**Editores**

[Detoubab Ndiaye](#), Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação, Campus II

[Dr. Pedro Acosta Leyva](#), UNILAB - São Francisco do Conde /Ba, Brasil

**“A VITÓRIA É CERTA”: PERSPECTIVAS HISTÓRICO-DISCURSIVAS DE “NAÇÃO”, “PRODUÇÃO”, “LÍNGUA” E “HOMEM NOVO” NO “MANUAL DE ALFABETIZAÇÃO” E “GUIA DO ALFABETIZADOR” ANGOLANOS (1980)**

**Maria Iracilda Gomes Cavalcante Bonifácio<sup>1</sup>**

Angola foi cenário de uma intensa luta entre os movimentos de libertação que disputavam o poder recém conquistado dos portugueses com a Independência em novembro de 1975, dentre os quais se destacam a UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola – e o MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola, durante o período da guerra civil (1975-2002) (CHABAL, 2002, p. 7). Esse momento histórico esteve envolto em um intrincado conflito que manteve ligações próximas com diferentes dinâmicas internacionais, como a luta contra o colonialismo e o *apartheid*, a Guerra Fria, e a avidez pela exploração do petróleo e das minas de diamante existentes em abundância no território angolano. (OLIVEIRA, 2015, p. 19).

Nesse contexto de ebulição, países como a União Soviética, China, Cuba, África do Sul e Estados Unidos desempenharam um papel importantíssimo na condução dos conflitos relacionados à luta pela independência e posteriormente durante o período da guerra civil. Apesar da forte interferência externa, esses dois períodos de guerra apresentaram contornos bem específicos da realidade angolana, revelando um conflito que se traduziu na hostilidade política entre “modernistas”, apoiados pelo MPLA, e “tradicionalistas”, apoiados pela UNITA. (CHABAL, 2002, p. 7).

Ainda no período de luta pela Independência, que se consolidaria em 1975, a UNITA, liderada por Jonas Savimbi, contou com o suporte da África do Sul, China e do próprio Portugal, ainda no contexto do regime salazarista. Ao receber o apoio dos ovimbundu, grupo étnico da região central de Angola que representavam cerca de um terço da população do país, a UNITA pôde estender o seu raio de influência sobre diversos povos da região leste. Durante a guerra contra o colonialismo português, recebeu também algum apoio da República Popular da China, sendo apoiada, posteriormente, pelos Estados Unidos, país que durante a guerra civil ampliou paulatinamente a sua ajuda ao grupo angolano. Contudo, no período próximo à independência, a UNITA aliou-se à África do Sul. (CHABAL, 2002).

O MPLA, por sua vez, seguiu uma orientação marxista, tendo como base em suas fileiras os grupos Ambundu, situados mais ao centro e no litoral, tendo forte presença na capital, Luanda. Sob o comando de Agostinho Neto, o MPLA contou com a ajuda do bloco soviético, além de receber treinamento e armas vindos de Cuba, o que lhes assegurou o posto de

---

<sup>1</sup> Professora de Língua Portuguesa na Universidade Federal do Acre, Rio Branco, Acre-Brasil; Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Endereço eletrônico: [iracildagcb@gmail.com](mailto:iracildagcb@gmail.com)

movimento vitorioso na luta pela Independência. No poder desde 1975, o MPLA expandiu consideravelmente a sua base de suporte, abraçando novas filiações que lhe eram desconhecidas, construindo paralelamente uma estrutura de governação aliada a formas hegemônicas de exercício do poder, sem evidência de oposição. (OLIVEIRA, 2015).

O projeto de governança estabelecido pelo MPLA centrou-se na acumulação do poder pelas elites angolanas, a partir da exploração do setor petrolífero, voltando-se ao desenvolvimento do ambiente urbano. No governo de Agostinho Neto (1975-1979), o petróleo constituía elemento imprescindível para a sobrevivência do regime, ganhando importância ainda maior no governo de Eduardo dos Santos (1975-2017), que sob a égide de um estado autoritário, controlava e supervisionava a vida dos angolanos sob um governo “modernista” que elegera Luanda como o modelo de desenvolvimento a ser seguido. (OLIVEIRA, 2015).

De acordo com Justin Pearce (2017), o período da guerra civil em Angola foi marcado por continuidades ideológicas e de identidade e suas consequências definiram o panorama político e social da Angola contemporânea. Nesse contexto, o legado da guerra evidencia-se não apenas na persistência de um conceito partidário de nacionalismo que liga o interesse nacional à incumbência única do MPLA, mas também por meio de um memorialismo seletivo da guerra e de suas consequências, o que aponta para um efeito de legitimidade do partido.

No período pós-independência, a ideia da permanência da luta armada e a retórica da continuidade da resistência por parte do MPLA deram o tom às ações de institucionalização do discurso de que o interesse nacional era encargo único do partido. Para a consolidação desse discurso elaborou-se uma nova política educacional e o Ministério da Educação da República Popular da Angola criou o Manual de Alfabetização e o Guia do Alfabetizador “A Vitória é Certa”, baseados no método de Paulo Freire e no manual cubano de alfabetização. (PEPETELA *apud* MARCON, 2005, p. 255). Diante do exposto, uma problemática se apresentou na composição do presente trabalho: Quais as principais matrizes conceituais presentes no Manual de Alfabetização e no Guia do Alfabetizador “A Vitória é Certa”? Partindo dessa problemática, a hipótese norteadora apontou para a formulação de quatro conceitos abrangentes nesses manuais: “nação angolana”, “produção”, “língua” e “homem novo”.

Nesse panorama, o objetivo proposto no presente artigo foi investigar, a partir desses manuais, a lógica discursiva do sistema educacional organizado e implementado em Angola a partir de 1976, refletindo sobre o modo como esses materiais foram colocados a serviço da construção de uma retórica da continuidade da luta armada defendida pelo MPLA no período pós-independência. Deve-se ressaltar, porém, que no momento focado por esta pesquisa vivia-se em Angola um período bipolar e outros atores políticos podiam adotar uma abordagem educacional diferente. O material utilizado como *corpus* base para esta investigação é composto

pelo Manual de Alfabetização e Guia do Alfabetizador “A Vitória é Certa”, disponíveis no acervo da Biblioteca Digital das *Memórias de África e do Oriente*<sup>2</sup>. Nessa direção, o presente artigo foi elaborado seguindo uma metodologia qualitativa e de cunho bibliográfico e documental, adotando em seu referencial teórico o pensamento de Michel de Certeau (2011) e sua concepção de “operação historiográfica”, e de Roger Chartier (2002) e sua noção de “representações”.

A partir da noção de “operação historiográfica”, de Michel de Certeau (2011), buscamos relacionar as ideias aos lugares, compreendendo-se a história de Angola como decorrente de uma condição marcada por um discurso e uma prática, fruto de uma atividade humana no processo histórico. Ao dialogarmos com a categoria de “representação”, de Roger Chartier (2002), buscamos perceber o espaço social da Angola pós-independência como a configuração de um quadro de intensas disputas nos campos econômico, político e cultural. Esses manuais, direcionados aos alfabetizandos e alfabetizadores que experimentaram o primeiro movimento educacional da Angola pós-independente, foram publicados em 1980, atuando como mecanismos discursivos fundamentais à disseminação de quatro ideias básicas: a constituição de uma “nação angolana”, a “produção como frente de combate”, a adoção da “língua portuguesa” como língua veicular e a do “homem novo” angolano como promessa de desenvolvimento do país. Esses conceitos constituem, assim, os pilares de sustentação do novo sistema educacional posto em prática pelo MPLA no período pós-independência.

## **1. Percursos da educação em língua portuguesa na Angola pós-independência (1975-1985)**

A organização do sistema educacional angolano vigente no período pós-independência, principalmente a partir de 1976, teve como objetivo promover a mudança do sistema herdado do colonialismo português. O modelo colonialista exaltava os valores lusitanos, relegando os valores nativos de Angola ao esquecimento. Em vista disso, contexto pós-colonial, o MPLA necessitava de uma forte reestruturação educacional a fim de estender a sua base ideológica a todas as camadas sociais angolanas.

Conforme aponta Vieira (2007, p. 43), ao longo de vários séculos de colonização portuguesa, o ensino em Angola esteve a cargo das Missões religiosas, em sua maioria de orientação católica ou protestante, de modo que o ensino laico apresentou-se reduzido, sendo praticado por algumas instituições não oficiais. Acrescenta o autor que até os primeiros anos do século XIX, a educação laica em Angola era ainda muito limitada e ineficiente, não estando,

---

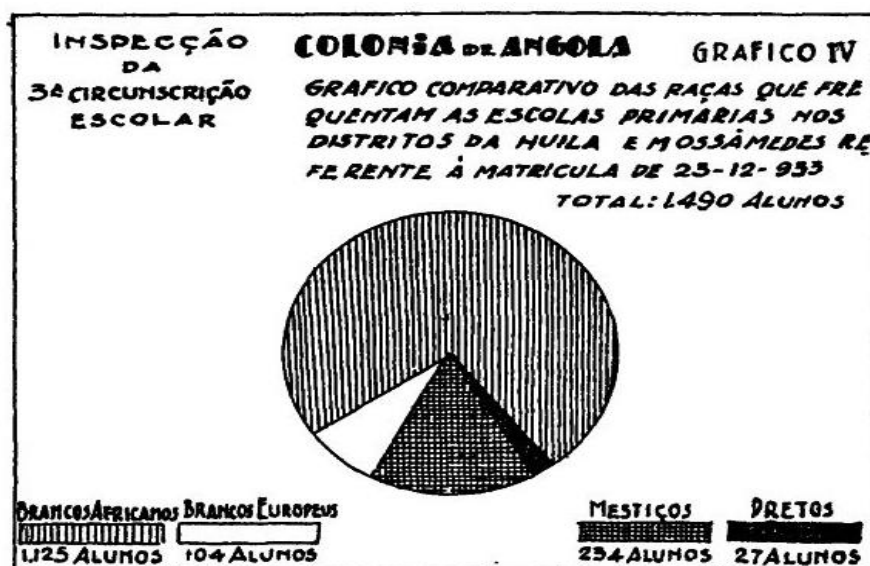
<sup>2</sup> Disponível para consulta no site: <http://memoria-afrika.ua.pt/Library/LivrosEscolaresPos Coloniais.aspx>

portanto, ao alcance de todos. Apenas uma minoria de europeus abastados e da burguesia africana podia frequentar algumas instruções de carácter privado existentes no território, sobretudo nos aglomerados de população colonial.

Com a chegada do século XX, o ensino oficial na Província de Angola manteve essa estrutura excludente, tendo em vista que a situação da maioria da população africana em quase nada se alterou, permanecendo sem acesso à escolarização, benefício estendido apenas à população colonizadora. Somente no início do século XX, sobretudo no período que se segue à instauração da ditadura Salazarista em Portugal, é que começam a aparecer os primeiros sinais de preocupação por parte do Governo português no sentido de regulamentar um ensino oficial, diferente daquele desenvolvido por instituições religiosas, voltado especificamente para os negros. (NGULUVE, 2006, p. 80).

De acordo com o estudo “A Instrução Pública em Angola”, produzido por Gastão Souza Dias (1927), professor do Liceu da Huíla, dentre os grandes desafios do sistema educacional angolano estavam as dificuldades nos métodos de ensino da língua portuguesa e nos manuais pouco adequados à aprendizagem dos alunos indígenas. Em 1934, o autor publica outro estudo, “O Ensino em Angola”, do qual destacamos o gráfico a seguir:

**Figura 1:** “Gráfico Comparativo das Raças” que frequentavam as Escolas Primárias nos Distritos de Huíla e Mossâmedes em 1933



Fonte: DIAS, 1934, p. 40.

O estudo de Gastão Dias apresenta diversos gráficos sobre a frequência dos alunos, sua composição racial e a situação das escolas primárias. Neste gráfico, o autor destaca a presença quase inexistente de negros e mestiços nas escolas primárias angolanas. Nos distritos de Huíla e Mossâmedes, considerando-se os dados provenientes das matrículas de 25 de dezembro de 1933,

do total de 1.490 alunos matriculados, 1.125 eram brancos africanos, 104 brancos europeus, 234 mestiços e 27 negros.

Com a instauração da independência em 11 de novembro de 1975, o novo governo, agora sob a direção do MPLA, tinha à frente o desafio de criar políticas voltadas à redução dos altos índices de analfabetismo que assolavam o país. No contexto da data da independência, Angola apresentava uma taxa de analfabetismo de cerca de 85%, considerando-se a população economicamente ativa. (NGULUVE, 2006, p. 86). Como forma de deter este problema, o novo governo editou a Lei n.º 4, de 9 de dezembro de 1975, que nacionalizava o ensino, criando um Sistema de Ensino Geral, voltado à formação técnica e profissional, ficando sob a responsabilidade do Estado o oferecimento da educação a todos os angolanos. (PNUD-Angola, 2002, p. 26).

No ano seguinte, cria-se o Ministério da Educação e Cultura, por meio do Decreto n.º 60/76, de 19 de junho de 1976, dispondo em sua estrutura de uma Direção Geral de Ensino que coordenaria o serviço de Alfabetização e Formação Permanente. Essa Diretoria teria como encargo principal a tarefa de efetivar ações de planejamento e implementar programas e projetos voltados à erradicação do analfabetismo. Além deste desafio, o novo sistema educacional enfrentava a necessidade de construção de novas infraestruturas escolares, a escassez de material básico de ensino, a falta de professores – visto que muitos docentes tinham retornado a Portugal com os conflitos da luta pela independência – e a reduzida abrangência do sistema educacional, que se apresentava restrito aos ambientes das grandes cidades angolanas.

Associado a esses fatores, tornava-se imprescindível a revisão dos conteúdos a serem ensinados no país independente, alicerçando-se não mais na defesa da superioridade racial dos portugueses, mas na construção da ideia de um Estado-Nação angolano. Nesse sentido, criava-se, em 1977, o “Plano Nacional de Ação para a Educação de Todos”, voltado para a alfabetização de crianças e adultos, à ampliação dos espaços escolares, à formação continuada dos professores e à expansão da educação básica. O foco principal deste programa era oportunizar o acesso à educação nos anos iniciais, principalmente ao ensino da 1.ª à 4.ª classe, que correspondem aos quatro primeiros anos de ensino fundamental. (PNUD-Angola, 2002, p. 26).

A adotar o socialismo, o MPLA aproximou Angola de países que também se encontravam sob este regime político, como União Soviética (URSS), Bulgária, Hungria e Cuba. Esse movimento de aproximação não representava apenas uma questão diplomática de busca de apoio em um contexto pós-independência, mas constituía-se também como uma ação estratégica e ideológica de legitimação dos princípios defendidos pelo MPLA.

Além do apoio oferecido a Angola, por meio do envio de militares para atuarem na segurança nacional, sobretudo no confronto às tropas da UNITA, os cubanos também tiveram

atuação essencial em áreas como a medicina e a educação. Durante décadas, Cuba enviou para a Angola professores e estagiários para atuarem nas escolas, atendendo principalmente o ensino fundamental, médio e superior, devido à falta de professores angolanos para atuar nesses níveis de ensino. Além da atuação direta na formação dos estudantes, os professores cubanos ministravam diversos cursos de formação de professores, repassando as bases de matriz socialista ao sistema de ensino angolano.

Conforme analisa Hatzky (2015, p. 112), o sucesso cubano na modernização do seu sistema de ensino apontou o caminho para o planejamento e a elaboração da reforma educacional de Angola. Nesse contexto, a cooperação entre os dois países também se assentava em um consenso político de que Angola deveria adotar métodos cubanos e sua ideologia subjacente. A autora acrescenta que milhares de conselheiros de educação, professores, estudantes e palestrantes se beneficiaram das oportunidades educacionais advindas com a Revolução Cubana, sendo estes fundamentais para estabelecer a cooperação e ajudar a construir o sistema educacional de Angola entre 1976 e 1991. (HATZKY, 2015, p. 112).

Nessa relação de cooperação educacional, tantos os cubanos se deslocavam para a Angola com o intuito de atuarem nos diversos níveis de ensino, quanto os jovens angolanos podiam se deslocar até Cuba para realizarem os seus estudos naquele país. Para tanto, esses jovens recebiam bolsas de estudo cedidas pelo governo cubano a fim de atuarem em diversas áreas do conhecimento, na ilha da Juventude de Cuba. Conforme aponta Silva Neto (2005, p. 157), avalia-se que só no ano de 1978, Angola tenha recebido de Cuba cerca de 951 bolsas de estudos, sendo que 1200 crianças e adolescentes do antigo primeiro grau (5.<sup>a</sup> e 6.<sup>a</sup> classes) foram estudar na Ilha da Juventude, número que se elevou para 4.800 crianças e adolescentes em 1979.

Nguluve (2006, p. 84) afirma que a atuação dos professores cubanos estava relacionada também aos cursos de especialização técnica de nível médio para operários angolanos. Acrescenta o autor que a elaboração dos primeiros programas do sistema de ensino teve como colaboradores profissionais cubanos que atuavam como especialistas e assessores do Ministério da Educação e Cultura. Esses profissionais tiveram atuação significativa na área de formação de técnicos médios em saúde, além de áreas como artes plásticas, teatro, danças e outras formas de manifestação e desenvolvimento cultural. Além dos professores formados, também iam para Angola cubanos estagiários, que atuavam no Ensino Fundamental.

O novo sistema educacional angolano, definido pelo MPLA no “Plano Nacional de Ação para a Educação de Todos” de 1977, foi colocado em prática como uma forma de educar as pessoas de acordo com as expectativas do governo, tornando-se essencial para a consecução de seus objetivos de governação. Em contraste com o sistema de educação elitista dos tempos coloniais, o objetivo dessa nova estratégia educacional era habilitar as pessoas para ler e

escrever, por meio de um sistema de educação universal e aberto a todos os angolanos. (HATZKY, 2015, p. 126).

Conforme aponta Nguluve (2006, p. 86), o Plano Nacional de Educação, nos primeiros anos do período pós-independência desenvolveu ações voltadas a estimular as famílias a participarem nas atividades escolares dos filhos, buscando-se reduzir exponencialmente os índices de analfabetismo do país a partir da organização de novas salas de aulas, não apenas nos espaços escolares formais, mas também criando espaços para a alfabetização de adultos nas fábricas, nos quartéis, nas cooperativas agrícolas e nos bairros.

Conforme disposto no plano estratégico denominado “Plano Maior do MPLA” (1977), Angola precisava de uma educação que respondesse aos problemas relacionados à libertação do povo, tanto em seu viés político, quanto econômico e intelectual. Dentre as diretrizes deste plano, constavam a liquidação da cultura e da educação colonial imperialista, a reforma do ensino em todos os seus níveis, o combate vigoroso e rápido ao analfabetismo em todo o país, incluindo o acesso da instrução às populações do campo. (ANGOLA, 1977, pp. 65-71).

Conforme Vieira (2007, p. 108), as orientações fundamentais da política educacional da República Popular de Angola para o período de 1978 a 1980 tinham como objetivo:

- Formar as novas gerações e todo o povo trabalhador sob a base da ideologia marxista-leninista;
- Desenvolver as capacidades físicas e intelectuais de forma a que todo o povo pudesse participar na construção da nova sociedade;
- Desenvolver a consciência nacional e o respeito pelos valores tradicionais;
- Desenvolver o amor ao estudo e o trabalho coletivos e o respeito pelos bens que constituíam a propriedade do povo angolano;
- Desenvolver a unidade nacional;
- Garantir o desenvolvimento econômico e social e a elevação do nível de vida da população.

No período de 1975 a 1985, as campanhas de alfabetização de adultos receberam alta prioridade do governo angolano, tomando como base princípios do pensamento educacional de Paulo Freire. A metodologia utilizada nessas ações de alfabetização de adultos dialogava com as ideias do educador brasileiro, sobretudo na direção de buscar fomentar o pensamento crítico dos alfabetizandos, tendo os conteúdos como ponto de partida as necessidades das pessoas, buscando-se promover as competências para satisfazer as suas necessidades e aspirações, além de estimular o exercício da cidadania. (FREIRE, 1978).

Além da transmissão de conhecimentos instrumentais básicos, a campanha teve por objetivo a promoção sistemática de uma identidade nacional angolana e a difusão dos valores políticos defendidos pelo MPLA, destinados a obter a aceitação do regime estabelecido. Para tanto, foram criados alguns materiais que dialogavam com essa intenção de fortalecimento do



poder do partido, dentre os quais se destacam o Manual de Alfabetização e o Guia do Alfabetizador “A Vitória é Certa”, editados pelo Ministério da Educação e Cultura da República Popular de Angola, sobre o qual discorreremos a seguir.

## 2. A “Nova Angola” no “Manual de Alfabetização” e “Guia do Alfabetizador” angolanos

O discurso da formação de uma “nova nação” apresenta-se como o mais massivo entre as lições do Manual de Alfabetização e Guia do Alfabetizador “A vitória é certa”. Pepetela (2019) aponta que a ideia de construção de uma “nação Angolana”, difundida nesses guias de alfabetização foi um dos pilares do novo modelo de educação no período pós-independência:

Ser vice-ministro da Educação, de 1976 a 1982, significou um desafio, porque foi logo após a independência. Era preciso mudar radicalmente o ensino – até então colonial e voltada para uma pequena elite - e criar uma nova Educação para um novo país. Houve uma revolução completa, pois abrimos a escola para o povo. Criamos instituições por todos os lados, que passaram a ensinar o que era Angola, e não o que era Portugal. Também tive o privilégio de fazer o primeiro manual de alfabetização do país, adaptando em parte o método Paulo Freire, que depois nós chamamos para assessorar a campanha de alfabetização que fizemos no início. (PEPETELA, 2010, p. 03).

Pepetela (apud MARCON, 2005, p. 255) ressalta que a campanha de alfabetização começou nas matas, quando as Forças Revolucionárias do MPLA ainda estavam na guerrilha. Conforme aponta o então Vice-Ministro da Educação, os manuais de alfabetização surgiram a partir de uma adaptação das ideias de Paulo Freire ao manual cubano de alfabetização de 1960. Acrescenta o escritor que o Manual de Alfabetização de Angola, nessa época, se espalhou sobretudo por Cabinda e pela Frente Leste, sendo que muitos guerrilheiros e mulheres foram alfabetizados nessas condições difíceis, onde não havia papel ou lápis: “escreviam na areia, muitas vezes, e um pedaço de mandioca branca servia para escrever no quadro”. (MARCON, 2005, p. 255).

O contexto de alfabetização na guerrilha é também apresentado por Pepetela no livro “As aventuras de Ngunga”, escrito em 1972 e publicado, inicialmente de forma mimeografada em 1973. Esta primeira versão da obra possuía um caráter pedagógico, sendo escrita em forma de cartilha na língua mbunda e produzida para ser utilizada como texto de apoio nas aulas ministradas pela guerrilha. A primeira edição comercial, de viés mais romanesco, seria publicada apenas em 1977, em Lisboa e Luanda, em língua portuguesa. Na narrativa, o protagonista, Ngunga, um menino de 13 anos, tem na educação o único meio de tentar mudar o que julgava

injusto em seu país. Decide, então, mudar de nome e parte em busca de seu objetivo: “Ngunga só se despediu de Mavinga. (...) E não revelou o seu novo nome ao Comandante. Partiu sozinho para a escola. Um homem tinha nascido dentro do pequeno Ngunga”. (PEPETELA, 1981, p. 57).

A primeira versão do Manual de Alfabetização “A vitória é certa”, escrita por Pepetela, foi editada pelo MPLA em 1968, ainda durante a guerra contra o colonialismo português. Esse manual foi adaptado às novas condições, sendo reeditado em 1970, pela Lerici Editore, da Itália, e em 1974, pela Secção Cultural da Associação da Faculdade de Letras do Porto. Nestas edições, as lições giravam em torno do enfrentamento do colonialismo e do imperialismo, instigando o senso de unidade dos angolanos contra os inimigos. Em 1980, já no contexto pós-independência, o Manual de Alfabetização “A Vitória é Certa” foi reeditado, sob a responsabilidade do Ministério da Educação, espalhando-se por todo o país. Nesta nova edição, trazia orientações para o desenvolvimento do trabalho de enfrentamento ao analfabetismo, a partir da matriz discursiva de enfrentamento dos inimigos da nação, representados agora pelas tropas da UNITA, conclamando os angolanos à união para a reconstrução de Angola.

A parte central do Manual de Alfabetização detém-se sobre as 33 lições que ao mesmo tempo apresentam detalhadamente aspectos introdutórios da língua portuguesa, explorando-se seus aspectos fonéticos, além de explorar estrategicamente os significados das palavras. Conforme a lógica desses manuais, era fundamental que o alfabetizador levasse à discussão junto aos alfabetizandos os significados de cada palavra: “cada palavra deve ser associada com o seu significado. Não se pode dar uma palavra sem dar a conhecer ao aluno o seu significado”<sup>3</sup>. Constam nas recomendações ao professor dispostas no “Guia do Alfabetizador” que as lições deveriam ser ministradas seguindo-se fielmente a sequência apresentada no “Manual de Alfabetização”, contudo, para efeito de análise, desmembramos seu conteúdo a seguir conforme a matriz discursiva que seguem. O primeiro eixo discursivo do Manual diz respeito ao desenvolvimento das ideias de formação de uma “nação angolana”, presentes nas seguintes lições:

- Lição 1: Angola é a nossa terra.
- Lição 10: O Cunene é um rio de Angola.
- Lição 2: O povo está unido.
- Lição 3: O povo unido luta.
- Lição 4: Viva o MPLA.
- Lição 7: O 4 de fevereiro é uma data gloriosa.
- Lição 23: Huambo é uma província de Angola.
- Lição 26: A JMPLA é a organização da juventude.
- Lição 30: O 11 de novembro chegou e o povo ficou feliz.
- Lição 32: O primeiro de Maio é o dia do trabalhador.
- Lição 33: A República Popular da Angola é livre e independente.

<sup>3</sup> ANGOLA, 1980a, p. 10.

- Lição 12: A Guiné Bissau é amiga de Angola.  
Lição 13: A América é um continente.  
Lição 5: A luta continua.  
Lição 6: O país precisa de ti.  
Lição 8: O poder pertence às classes operária e camponesa.  
Lição 14: As FAPLA têm armas para defender o povo.  
Lição 15: O povo angolano está vigilante contra os seus inimigos<sup>4</sup>.

A ideia de pertencimento a uma “nova nação”, que parece fundir o povo angolano aos ideais do próprio MPLA, apresenta-se em quase todas as lições desses manuais (lições 1, 2, 3, 4, 7, 8, 10, 23, 26, 30 32, 33). Nesse contexto, reforçam-se também os laços de amizade com “nações amigas”, como a Guiné Bissau e Cuba (lições 12 e 13), a construção de uma resistência e adversidade em relação aos “inimigos” e necessidade de permanência da luta armada (lições 5, 6, 8, 14 e 15). O tratamento discursivo de amplificação da retórica da continuidade da luta armada por parte do MPLA é um dos elementos que constituem a base do Guia do Alfabetizador, conforme observamos em sua imagem de capa e contracapa:

**Figura 2: Capa e contracapa do Guia do Alfabetizador “A Vitória é Certa”**



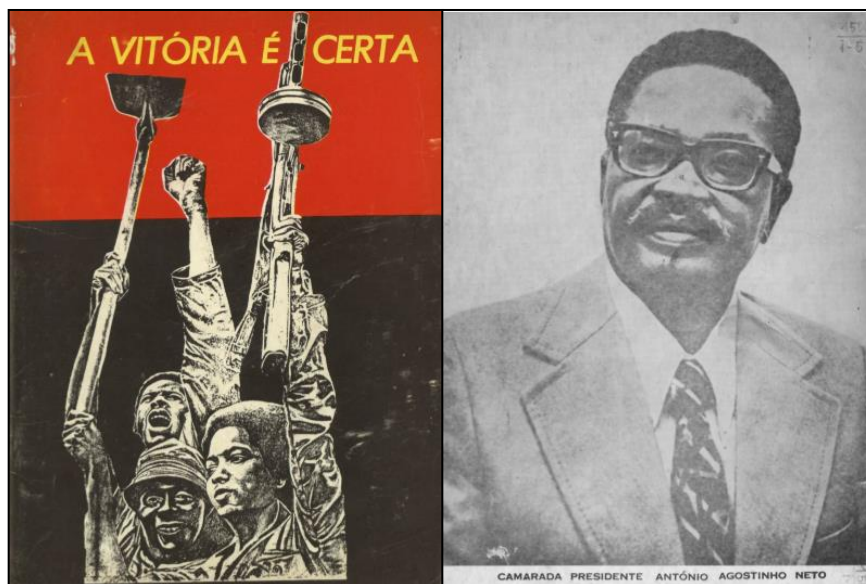
**Fonte:** Acervo Digital do Projeto Memória África, Disponível em: < <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/Geral/L-00000027&p=1>>. Acesso em: 12 de junho de 2019.

Conforme observamos na imagem, a composição discursiva do “Guia do Alfabetizador” aponta para reforçar a ideia de constituição de uma “nação angolana”, ao estampar na capa as cores preto e vermelho presentes na bandeira de Angola. Na contracapa, somos remetidos à ideia de uma Angola sob a égide paternalista de seu idealizador, o Presidente Agostinho Neto, reforçando-se, assim, sua posição de responsável pelo salto de transformação do povo angolano por meio da alfabetização e domínio da língua que os uniria: o português. É interessante notar que tanto o “Guia do Alfabetizador” quanto o “Manual de Alfabetização” trazem em suas

<sup>4</sup> ANGOLA, 1980b.

contracapas a figura de Agostinho neto, falecido meses antes, em setembro de 1979, como forma de construir um discurso mítico de recuperação dos ideais plantados pelo líder angolano:

**Figura 3: Capa e contracapa do Manual de Alfabetização “A Vitória é Certa”**



**Fonte:** Acervo Digital do Projeto Memória África, Disponível em: <<http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/Geral/L-00000026&p=1>>. Acesso em: 12 de junho de 2019.

Na disposição gráfica do Manual de Alfabetização “A Vitória é Certa”, notamos a recorrência das cores da bandeira angolana, o vermelho simbolizando o sangue derramado durante as lutas pela independência e o preto, como alusão ao continente Africano. Nessa versão da capa, observamos no centro trabalhadores empunhando uma arma e um instrumento de trabalho no campo, remetendo à união entre os trabalhadores angolanos. Observamos, assim, que o discurso que pauta o Manual de Alfabetização e o Guia do Alfabetizador “A vitória é certa” dialoga fortemente com a ideia de permanência da luta armada, fazendo frente não mais ao colonizador português, mas às forças das tropas da UNITA. Compreendemos, a partir da análise do arranjo das lições destes Manuais que, imediatamente após a independência, o MPLA iniciou o processo de construção da identidade nacional, ou o que se pode chamar de legitimação do discurso de “angolanidade”.

## 2.2 Produzir para lutar: a produção como “frente de combate”

O papel da “produção” como elemento essencial para a vitória contra as forças inimigas apresentava-se como muito cara aos líderes do MPLA, constituindo o segundo eixo discursivo do Manual de Alfabetização. Esta ideia consta como um dos elementos essenciais da Declaração da Independência Angolana assinada por Agostinho Neto como “condição basilar e vital para o

avanço da (...) resistência”. E para dar unidade de acção a todo o esforço produtivo do nosso Povo, para tirar o máximo rendimento do trabalho das massas, para que seja efectivamente garantido o apoio às gloriosas FAPLA”. (MPLA, 1975).

No texto de instrução do “Guia do Alfabetizador”, a ideia de “produtividade” é associada como condição essencial para a vitória do “povo angolano” sobre as “forças inimigas da UNITA”:

Sabemos que a Angola pode produzir muitas riquezas agrícolas e industriais. Sabemos que essas riquezas foram durante anos levadas e aproveitadas para dar lucro aos colonialistas e imperialistas.

Queremos agora pôr essas riquezas ao serviço do nosso Povo.

Aquilo que o Povo precisa, não cai do céu. É preciso portanto que os trabalhadores em todo o lado aumentem a produção – nas lavouras e nas plantações, nas fábricas e nas oficinas, nas minas, na pesca, transformando o que a natureza nos dá naquilo que precisamos.<sup>5</sup>

Como observamos, pelas instruções constantes no Guia do Alfabetizador, buscava-se estabelecer uma nova relação entre a sociedade angolana e o trabalho, tendo em vista que o aumento da “produtividade” era crucial para a reconstrução do país. Nessa perspectiva, a estruturação do Manual de Alfabetização também dialogava com a construção de um discurso que privilegiava a produtividade. Nele encontramos a seguinte estrutura:

- 1.º - Um mapa da África e uma sequência de fotografias;
- 2.º Um conjunto de 33 lições para estudos dos sons contidos na língua portuguesa;
- 3.º - Leitura para revisão dos sons estudados e consolidação dos mesmos;
- 4.º O hino Nacional de Angola para ser aprendido, lendo e cantando;
- 5.º Uma poesia para exercitar a memória e como uma manifestação da Cultura.<sup>6</sup>

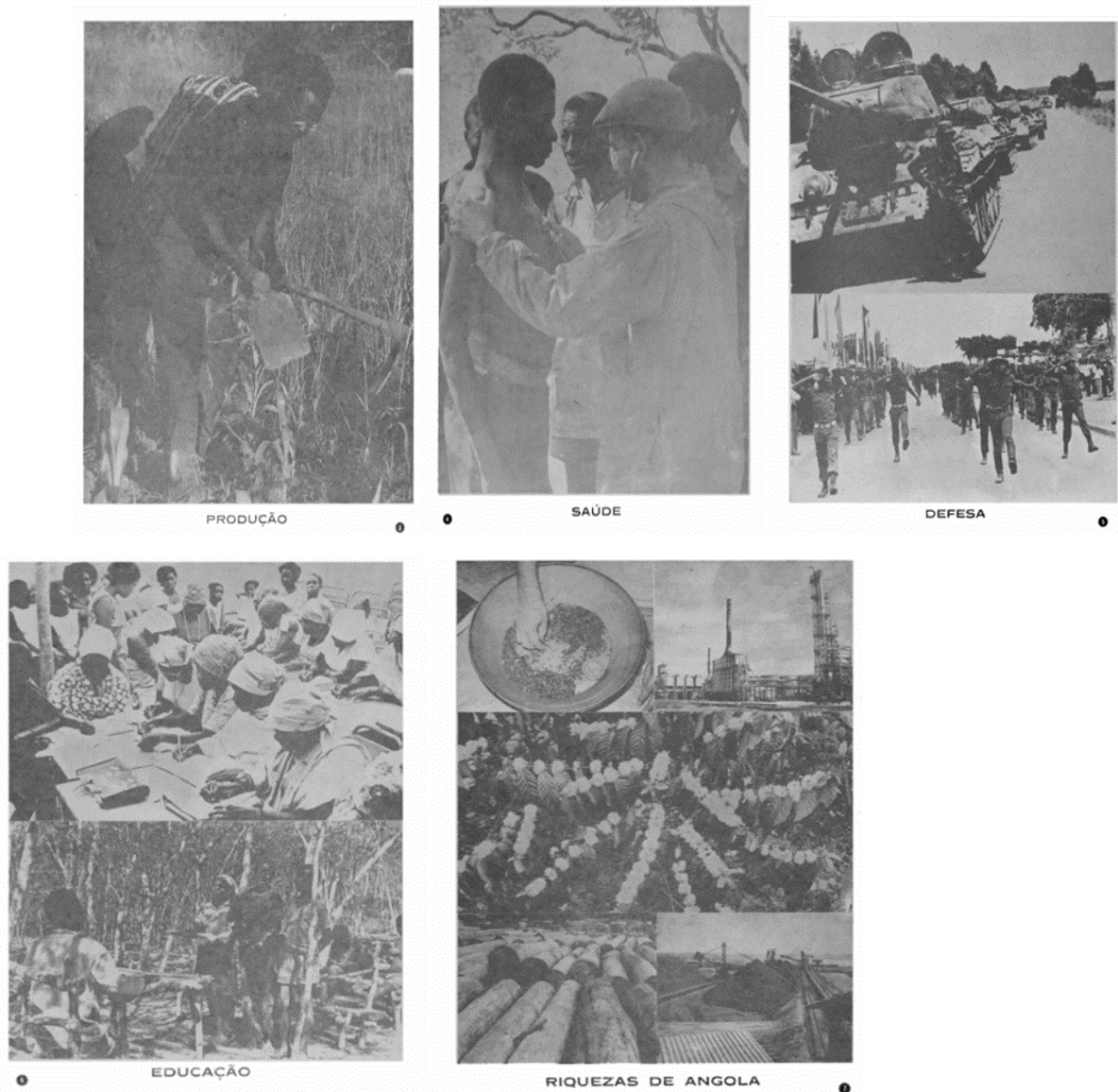
Nas orientações gerais constantes no “Guia do Alfabetizador”, essa sequência do livro do aluno apresenta-se detalhada, a fim de explicitar qual a funcionalidade de cada parte do “Manual de Alfabetização”. Em relação à sequência de fotografias, por exemplo, buscava-se assegurar o papel de integração das ações desenvolvidas pelo governo do MPLA, ressaltando a lógica da “produtividade” como imprescindível para uma Angola livre:

---

<sup>5</sup> ANGOLA, 1980a, p. 50.

<sup>6</sup> ANGOLA, 1980a.

**Figura 4: Aporte fotográfico do “Manual de Alfabetização – A Vitória é Certa”**



Fonte: ANGOLA, 1980b, p. 4-8.

As fotografias representavam a “Produção”, a “Defesa”, a “Saúde”, as “Riquezas” e a “Educação” de Angola. Pretendia-se, a partir dessas ilustrações e do mapa da África presente nesta edição, atingir os seguintes objetivos: estabelecer uma boa relação que favorecesse o diálogo e estimulasse os alfabetizandos a participar dos debates, favorecer a expressão oral e de interpretação, dar ideia da localização de Angola no mapa da África a fim de levar os alfabetizandos a estabelecer com o continente africano uma relação de pertencimento, distinguindo nele o seu país. No Manual de Alfabetização “A vitória é certa”, a ideia da “produção como uma frente de combate” encontra-se presente nas seguintes lições:

Lição 11: O gado é útil ao povo.

- Lição 16: A terra irrigada é mais rica.
- Lição 17: A banana é uma fruta.
- Lição 18: A produção também é uma frente de combate.
- Lição 20: O avião é um meio de transporte.
- Lição 21: Vamos colher o nosso café.
- Lição 25: O milho é uma riqueza de Angola
- Lição 28: Mais açúcar para o povo.
- Lição 29: As riquezas de Angola são do povo angolano.
- Lição 31: O peixe é uma base da alimentação e uma riqueza.<sup>7</sup>

Nessas lições, o objetivo era mobilizar os trabalhadores em defesa da nova nação independente, por meio de um projeto que se pautava na redefinição de valores para uma nova sociedade, a partir do apego ao trabalho, da disciplina e da luta pela revolução socialista. Conforme apontado nos Documentos do D.E.P. para o I Congresso do MPLA de outubro de 1977, os atrasos, faltas injustificadas e o descuido na utilização dos meios de produção eram considerados manifestações de indisciplina que provocavam atrasos na Revolução, constituindo pontos vulneráveis que enfraqueciam os trabalhadores, podendo ser aproveitados pelo inimigo (MPLA, 1977, p. 37). Esse exacerbado culto à “produtividade” é evidenciado no 8.º item das Instruções Gerais do Guia do Alfabetizador: “Sempre que sintas que os camaradas estão cansados, faz uma pausa, conversa com eles e estimula-os ou convida-os a fazerem traçados de figuras geométricas ou desenho livre”. Sob a justificativa de que essas “atividades diferentes” serviam também para “ganhar destreza manual e muscular”, a recomendação reforça o caráter responsável pelo triunfo do socialismo.

Associada a essa ideia de “produtividade” estava subjacente a noção de “disciplina”, direcionada tanto aos trabalhadores das cidades quanto aos do campo, conforme mencionado nas Instruções Gerais constantes no Guia do Alfabetizador “A Vitória é Certa”, em seu 13.º item: “Faz saber aos alfabetizados a importância que tem para eles, e para ti, a pontualidade e assiduidade a todas as lições”. Entretanto, nessa concepção global de “produtividade” a disciplina não significa apenas a presença no trabalho e a pontualidade, mas representava também um aproveitamento integral do tempo, buscando-se maior produtividade possível nas tarefas atribuídas.

### **2.3 Comunicar para vencer: a adoção da língua portuguesa como língua veicular**

Na política educacional expressa no Guia do Alfabetizador e no Manual de Alfabetização “A vitória é certa” difundia-se a ideia de que a língua portuguesa era “necessária” por ser “a

---

<sup>7</sup> ANGOLA, 1980b.

língua de comunicação entre todos os angolanos que falam línguas maternas diferentes”. A língua portuguesa ganhou em Angola um predomínio excepcional, passando do “status” de “língua do colono” para o de “língua veicular” e “instrumento de alfabetização”. Adotada como língua oficial logo depois da independência angolana, assumiu-se o português como língua de escolarização de Cabinda ao Cunene. Diversas ações ligadas à construção de uma nova política educacional foram postas em prática a fim de justificar o predomínio da língua portuguesa sobre as demais línguas nacionais, enfrentando, para isso, enormes entraves num contexto pós-guerra e de reconstrução social, cultural e econômica.

Os principais dirigentes do MPLA saíram da elite crioula de Angola, que se desenvolveu a partir da interação entre europeus e africanos. Essa elite crioula pode ser entendida como uma categoria sociocultural que engloba um conjunto de elementos heterogêneos, incluindo desde os descendentes dos europeus nascidos localmente – tanto brancos como mestiços – aos “africanos destribalizados”, mais ou menos adaptados à cultura europeia – os chamados “civilizados”, ou “assimilados”, na terminologia colonial portuguesa. (MATEUS, 1999, p. 45).

A formação do partido é essencial para se compreender a relevância do papel que o MPLA conferiu ao desenvolvimento da língua portuguesa. Conforme aponta Mateus (1999), o português era “a língua materna da maioria dos elementos e o seu veículo habitual de comunicação”. Mário de Andrade afirmou que “era preciso falar o português em casa para ter sucesso na escola”, sendo, pois, o kimbundu “a língua do quintal”. Nesse sentido, não era de se estranhar que alguns dirigentes do partido, mesmo os dos mais altos escalões, não falassem as línguas nacionais. Enquanto isso, nos outros movimentos, a língua portuguesa não ocupava o mesmo lugar de destaque, tendo em vista que, por exemplo, entre os membros da FNLA, as línguas maternas dominantes podiam ser o kikongo ou entre as forças da UNITA, poderia ser o umbundu. (MATEUS, 1999, p. 51).

Conforme discute Pestana (2006), a declaração da independência de Angola foi redigida em português, assim como os discursos de Agostinho Neto. Além das motivações políticas, a escolha do MPLA de adotar o português como língua oficial de Angola justificava-se também por uma “razão material inultrapassável”: a falta de conhecimento linguístico que seu dirigente maior tinha, mesmo do kimbundu, língua de sua etnia. (PESTANA, 2006). Conforme lemos no Guia do Alfabetizador “A Vitória é Certa”, combater o analfabetismo era “uma das tarefas revolucionárias mais importantes”, sendo que ao auxiliar “outros camaradas a ler e a escrever”, os alfabetizadores estavam prestando “uma grande contribuição à Revolução Nacional e ao Povo de Angola<sup>8</sup>”.

---

<sup>8</sup> ANGOLA, 1980a, p. 4.



Esse pensamento encontrava-se disseminado em outros documentos produzidos para subsidiar a política de alfabetização nacional, como, por exemplo, o denominado “Camarada Professor! – Cartas sobre o ensino de Língua Portuguesa”, editado em 1980, pelo Ministério da Educação de Angola, sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Formação de Quadros por meio do Departamento Nacional de Superação. Nele, consta uma proposta de formação direcionada aos professores do Primeiro Nível, que defende a utilização da língua portuguesa como “língua veicular”, ou seja, “língua da comunicação, da união entre os angolanos que falam línguas diferentes”<sup>9</sup>.

O camarada sabe que, no nosso país, não se fala apenas uma língua. Em todo o território angolano, falam-se várias línguas, mais ou menos diferentes umas das outras. As que são de origem africana nós chamamos de línguas nacionais. Essas línguas, em geral, são faladas como línguas maternas, porque foram aprendidas por primeiro, ainda em casa, quando ainda éramos miúdos. (...) se as pessoas falam línguas maternas diferentes, como é que conseguirão então comunicar entre si? Será que aprendam a falar todas as línguas? Ora, sabemos que essa hipótese seria praticamente impossível<sup>10</sup>.

A necessidade de adoção da língua portuguesa por Angola servia tanto para o discurso político interno, tendo em mira a constituição de um discurso de unificação do povo angolano, quanto para o discurso externo, a fim de marcar uma posição de pertencimento do país a uma grande comunidade linguística internacional.

Para os dirigentes do MPLA, o domínio da língua portuguesa representava a possibilidade de continuar dialogando com o mundo Ocidental. Desse modo, as línguas autóctones foram confinadas ao estatuto de “tribais” e “selvagens”, restritas aos pequenos grupos e, portanto, sem dimensão de alcance e poder no país. Como consequência disso, no sistema educativo, convinha também que se mantivesse a “ordem” estabelecida, reforçando-se a ideia de adoção de uma língua veicular para assegurar a circulação da informação.

## **2.4 O conceito de “homem novo” para forjar uma nova nação**

O quarto eixo discursivo do Manual de Alfabetização diz respeito à construção da ideia do “homem novo” angolano, um dos pilares da construção da nova sociedade socialista, associado à negação das culturas tradicionais e à afirmação do desenvolvimento tecnológico. Esse conceito apresenta-se difundido nas seguintes lições:

---

<sup>9</sup> ANGOLA, 1980c, p. 9.

Lição 9: Vamos criar um homem novo.  
 Lição 19: Vamos todos à escola.  
 Lição 22: Limpeza é saúde.  
 Lição 24: Muito vinho faz mal.  
 Lição 27: O povo sabe que é preciso trabalhar<sup>11</sup>.

No texto do Guia do Alfabetizador que acompanha a explicação da lição 9, tematizada pelo estudo da frase “Vamos criar o homem novo”, lemos o seguinte:

(...) às vezes ensinavam-nos que havia tribos ou raças superiores e inferiores. Isso é um preconceito errado, que os que querem explorar os outros aproveitam. Na nova sociedade angolana, não pode haver racismo nem tribalismo, pois divide o Povo e enfraquece-o, e além disso sabemos que há revolucionários e reacionários independente das raças e das tribos, ou das regiões. Na nossa cultura tradicional, os povos dominavam pouco a natureza e explicavam muitas coisas naturais – certas doenças, por exemplo – dizendo que era feitiço. Hoje podemos estudar muitas dessas coisas e sabemos que são da própria natureza, e já não nos assustam. O homem novo estará livre dessas ideias erradas<sup>12</sup>.

O MPLA passava, assim, a desenvolver uma visão de modernidade de matriz socialista, altamente centralizadora, que negava todo tipo de diversidade, fosse ela de viés religioso, político, étnico, racial, linguístico ou social, pois, segundo o Manual, não podia haver “racismo nem tribalismo, pois divide o Povo e enfraquece-o”. Em Angola, a exemplo de muitas outras nações africanas recém independentes, as tradições locais foram relegadas a uma posição de marginalização. Nessa perspectiva, a ideologia do “homem novo”, bastante difundida entre os países de orientação socialista, tornou-se fundamental no enquadramento social, cultural e político que se pretendeu levar à população.

Conforme afirma Collier (2012, p. 191), na década de 1960, o *novo homem* era uma expressão chave de uma rede discursiva, uma nova teoria do “humanismo” que se espalhava em vários discursos e declarações políticas como um sinal de alinhamento político. Nesse processo, tanto Paulo Freire quanto Che Guevara atuaram como pensadores que influenciaram a implementação dessa visão de “novo homem” na Angola. Ambos viajaram extensivamente na África, ajudando a organizar e implementar um tipo de socialismo científico com apoio militar em diversos países recém independentes.

No pensamento freireano, o “novo homem” é formado quando os oprimidos desenvolvem uma visão crítica que os torna conscientes de si mesmos e suas ações. Sua obra “A Pedagogia do Oprimido” foi baseada em uma abordagem dialógica da educação, na qual o questionamento

<sup>10</sup> ANGOLA, 1980c, p. 8.

<sup>11</sup> ANGOLA, 1980b.

<sup>12</sup> ANGOLA, 1980a, p. 35.

constante leva a uma iluminação progressiva das massas. (FREIRE, 1978). Che Guevara, por sua vez, refere-se ao “novo homem” como um homem consciente, conhecedor do significado de cada um dos seus atos, tendo na educação que se realiza mediante um espírito coletivo o sentido revolucionário da consciência de todos. (GUEVARA, 1965).

Ao adotar o conceito de “homem novo”, o Manual de “Alfabetização” angolano seguia, assim, um princípio semelhante ao defendido por Samora Machel, ex-Presidente de Moçambique, ao considerar que era preciso “matar a tribo para construir a nação”, evocando uma expressão do primeiro presidente ganês, Nkwame Nkrumah. Segundo o líder moçambicano, a “tribo, considerada arcaica e “feudal”, era vista como incompatível com o objectivo de construir a nação, com a unidade nacional, e desapareceria com a emergência do “Homem Novo”, alfabetizado, falando português e vivendo na aldeia comunal”. (CHICAVA, 2008, p. 7).

Ao afirmar que na “cultura tradicional” angolana, “os povos dominavam pouco a natureza e explicavam muitas coisas naturais (...) dizendo que era feitiço”, o Guia do Alfabetizador evidenciava a tentativa do MPLA de integrar culturalmente as realidades rural e urbana. A declaração de que “há revolucionários e reacionários independente das raças e das tribos, ou das regiões” era uma referência direta aos membros da UNITA, configurando uma estratégia de apagamento do outro. Conforme analisa Ricardo Soares de Oliveira (2015), o monopólio do MPLA sobre o que significa “ser moderno” em Angola perpassa pela construção de uma aversão nacional às forças da UNITA, descrevendo-a como uma tropa bárbara e selvagem.

Conforme aponta Justin Pearce,

O que distinguiu o MPLA da maioria dos movimentos independentistas, porém, foi o facto de ter continuado em guerra após a independência. Ao colocar a ênfase na continuidade de seu papel na luta anticolonial e na guerra contra a UNITA, e o fato de esta ser apoiada por um regime racista, em Pretória, e um regime imperialista, em Washington, o MPLA pôde apresentar os seus próprios interesses como sendo os da nação angolana. Mais importante ainda, construiu uma nação angolana à sua imagem ao qualificar todas as manifestações de apoio aos seus opositores como actos de traição e não como actos de oposição política. (PEARCE, 2017, p. 123).

Em Angola, o conceito de “novo homem” foi utilizado para indicar a noção universalista do desenvolvimentismo, realizada em tensão com as indicações da “africanidade” e “angolanidade”. Esta definição do urbano branco e crioulo como representação de Angola é precisamente o que a UNITA utiliza para montar um ataque político contra o MPLA, alegando que o partido foi constituído por uma elite internacional intelectual e, portanto, inautêntico. (COLLIER, 2012).

A disseminação desse conceito de “homem novo” coincidiu com a luta histórica para ganhar controle sobre todos os diversos setores da sociedade angolana, incluindo a agricultura, mineração, indústria, dentre outras atividades. A necessidade urgente de unificar Angola em face da grave fratura levou o MPLA a mudar de lado revolucionário do marxismo-leninismo à implementação de um “socialismo científico” com o objetivo de transcender divisões de raça, etnia, tribo e ideologia. (COLLIER, 2012, p. 192).

O discurso do “novo homem” ajudava os países recém-independentes no controle das disputas regionais sob os auspícios da unidade de todas as tribos para formar uma identidade nacional, em alguns casos, sob a capa de uma visão pluralista de democracia. Confundindo unidade com unicidade, a ideologia do “homem novo” concebia a nação através da negação ou recusa da diversidade. No caso de Angola, o novo comportamento exigido deveria estar livre de “maus hábitos”, ou dos posicionamentos de ordem étnica e racial, local e regional, ou seja, tudo o que no entendimento dos novos líderes pudesse colocar a “angolanidade” em risco.

É válido ressaltar que valores como a “angolanidade”, o “homem novo”, a “cultura nacional” e a “modernidade” constituíram a base de diversos documentos produzidos pela Secretaria da Educação e Cultura de Angola, dentre eles, as “Recomendações” elaboradas no contexto do I Simpósio Nacional sobre a Cultura Nacional, realizado em Luanda de 1 a 6 de outubro de 1984, as quais dialogam com a base do nacionalismo angolano que então vigoravam. (S.E.C., 1984).

As nuances no nacionalismo angolano tiveram raízes bastante diversificadas, associadas às elites políticas, à territorialização nacional, à cultura política envolta em rupturas e permanências, à divisão de classes sociais, às visões sobre tradição e modernidade e às relações com o colonialismo estabelecido pelos portugueses. Nesse sentido, vislumbrar a Guerra Civil angolana como um conflito meramente étnico significa deixar de lado a análise dessas e outras questões indispensáveis para a compreensão da realidade política de Angola. (HEYWOOD, 1989).

Mário Pinto de Andrade, por seu turno, considera o termo “nacionalismo” ambíguo e com fundo ideológico, apresentando-se estruturado “em torno de quatro temas principais: a soberania, a unidade, o passado histórico e a pretensão à universalidade”. (ANDRADE, 1997, p. 14). Conforme aponta o autor, o nacionalismo prolonga-se no quadro do Estado-nação já constituído com a deslocação do eixo prioritário para a defesa da independência e da afirmação da sua grandeza. (ANDRADE, 1997, p. 110). Nesse contexto, defende que as pretensões angolanas se fundamentavam numa perspectiva conjuntural de povos africanos, na ideia da instauração de um Estado como entidade independente em nível externo e sem superior internamente.

Alberto Oliveira Pinto, em sua obra “A criança branca de Fanon” (PINTO, 2018) alarga essa discussão, abordando algumas questões importantes para se pensar Angola na atualidade. Nesse “Ensaio ego-histórico sobre o Facto Colonial Angolano”, observamos Angola como um cenário de uma colônia, apresentada como lugar físico, geográfico e memorial. O panorama traçado pelo autor ressalta as consequências para o povo Angolano da longa presença europeia e das misturas somáticas que se realizaram ao longo de séculos. As contradições apontadas pelo autor trazem à discussão a integração ou não dos sujeitos nas relações sociais construídas e estruturadas neste espaço físico. Desse modo, são confrontadas duas forças congênicas conflituosas, os brancos metropolitanos e os nascidos ou crescidos na colônia.

Uma outra visão é-nos apresentada pelo sociólogo angolano Victor Kajibanga (2008), ao contestar o que denomina de “racionalidade luso-tropicalista e paradigma da criouldade”. De acordo com este estudioso, a partir de 1947 registra-se em África a categoria “epistemologia do saber endógeno”, sobretudo no contexto da ciência histórica, da filosofia, da literatura teórica, da crítica literária e da sociologia. O autor considera que esse fenômeno representou uma “ruptura epistemológica nos estudos realizados até então sobre o continente africano, assentados numa visão exógena e exótica de uma “realidade africana distorcida”. (KAJIBANGA, 2008, p. 8).

Nesse contexto, torna-se imprescindível reconhecer que as sociedades africanas têm toda a sua significação e o seu valor no contexto geral e global da história da humanidade. (KAJIBANGA, 2008, p. 9). Desse modo, o debate em torno das diferentes visões sobre o nacionalismo angolano permite-nos repensar não apenas a trajetória de desenvolvimento das sociedades africanas, mas também possibilita a elaboração de novos quadros teóricos para a compreensão dos processos de transformações sociais em andamento no continente africano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto pós-independência, o discurso da permanência da luta armada e a retórica da continuidade, amplamente disseminados pelo MPLA, constituíram-se como basilares para a constituição das ideias de uma “nação angolana” e de um “homem novo” angolano, alicerçadas na defesa da produção e do uso da língua portuguesa como “língua oficial”. Para a consolidação desses discursos, as forças dirigentes do partido elaboraram uma nova política educacional, posta em prática pelo recém-criado Ministério da Educação da República Popular da Angola.

Com vistas a consolidar essa retórica alicerçada no *slogan* político: “MPLA é o Povo e o Povo é MPLA”, surgiram como forma de apoio a essa política de alfabetização nacional o Manual de Alfabetização e o Guia do Alfabetizador “A Vitória é Certa”, que dialogavam com

princípios de educação de matriz socialista presentes no método Paulo Freire e no manual cubano de alfabetização.

O projeto de alfabetização era considerado uma prioridade do Estado dentre as várias tarefas que o novo regime deveria implementar, diferenciando-se do regime colonial que o antecedeu. Por esta razão, apesar da responsabilidade da sua execução ter sido entregue ao Ministério da Educação e Cultura através da Comissão Nacional de Alfabetização criada para este fim, a responsabilidade política era do MPLA como força política dirigente da sociedade angolana.

Estabelecia-se, assim, tanto no Manual de Alfabetização, quanto no Guia do Alfabetizador “A vitória é certa”, uma estratégia em que o trabalhador é redefinido por uma moral e por um comportamento revolucionários, e, ao mesmo tempo em que é alvo desse discurso, é também conclamado a (re)produzi-lo. Nesses termos, não se tratava apenas de promover uma educação pautada no estímulo a um comportamento profissional condizente com o que se esperava de “trabalhadores revolucionários”, mas de promover uma prática discursiva que legitimasse as ações do MPLA como representação do próprio povo. Desta forma, o alvo expandia-se, atingindo-se não apenas as populações urbanas não alfabetizadas, como também as populações do campo, diretamente envolvidas nas lutas contra as forças da UNITA. Tratava-se, assim, de envolver todo o “Povo Angolano” no projeto político do partido.

O sistema educacional vigente nos tempos da colonização portuguesa tinha como marca a oposição à ampla difusão das línguas nacionais angolanas no território, chegando até mesmo a proibi-las como instrumento de comunicação social, instituindo uma política linguística de inferiorização das línguas autóctones. Com o advento da independência angolana, a nova sociedade a ser construída, alinhada aos ideais de “modernização” e “produtividade” socialistas não tinha lugar para os cidadãos analfabetos.

Nesse sentido, foi posta em ação a Campanha Nacional de Alfabetização em língua portuguesa, adotada como língua veicular de difusão da grandeza de uma nação independente, capaz de manter a comunicação tanto no âmbito interno quanto com o restante do mundo. Para tanto, era fundamental alcançar o objetivo de incluir no projeto de cidadania a grande maioria dos angolanos que durante os tempos de colonização portuguesa tinham ficado à margem das oportunidades de instrução escolar no país.

Este projeto amplo de alfabetização visava também à formação de uma mão de obra com alguma qualificação mínima para contribuir com o processo de reconstrução do país. Desse modo, o principal objetivo desse movimento de alfabetização, materializado de maneira contundente no Manual de Alfabetização e no Guia do Alfabetizador “A Vitória é Certa”, era a

formação da consciência política e ideológica da população angolana segundo a lógica de governação definida pelo MPLA.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Mário Pinto de. **Origens do Nacionalismo Africano: continuidade e ruptura nos Movimentos Unitários emergentes da Luta contra a dominação colonial portuguesa (1911-1961)**. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

BITTENCOURT, Marcelo. Angola: tradição, modernidade e cultura política. In: REIS, Daniel Aarão. (Org.) et al. **Tradições e modernidades**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

CHABAL, Patrick (Org.). **A History of Postcolonial Lusophone Africa**. Indiana: Indiana University Press, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 2002.

CHICHAVA, Sérgio. **Por uma leitura sócio-histórica da etnicidade em Moçambique**. Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE). Maputo, 2008, p. 1-17.

COLLIER, Delinda. A "new man" for Africa? Some particularities of the Marxist Homem Novo within Angolan Cultural Policy. In: MOONEY, Jadwiga E. Pieper; LANZA, Fabio. (Orgs.). **Decentering Cold War History: Local and Global Change**. Abingdon: Routledge, 2013, p. 187-206.

DIAS, Alberto Gastão de Sousa. A instrução Pública em Angola. **Boletim Geral das Colônias**, 1927, n.º 19, p. 15-32.

DIAS, Alberto Gastão de Sousa. **O ensino em Angola**. Luanda: Delegação do Governo de Angola, 1934.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GUEVARA, Ernesto Che. **O Socialismo e o Homem em Cuba**. Texto dirigido a Carlos Quijano. Semanário Marcha, Montevideo, março de 1965.

HATZKY, Christine. **Cubans in Angola: South-South Cooperation and Transfer of Knowledge (1976-1991)**. Madison: University of Wisconsin Press, 2015.

HEYWOOD, L. "UNITA and Ethnic Nationalism in Angola". **The Journal of Modern African Studies**, vol. 27, n.º I, 1989, p.47-66.

KAJIBANGA, V. Saberes endógenos, ciências sociais e desafios dos países africanos. **Revista Angolana de Sociologia**, n.º 2, Dezembro-2008, p.7-14.

MARCON, Frank Nilton. **Leituras transatlânticas: Diálogos sobre identidade e o romance de Pepetela**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005.

MATEUS, Dalila Cabrita. **A luta pela independência: a formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC**. Mem Martins: Inquérito, 1999.

NGULUVE, Alberto Kapitango. *Política Educacional Angolana (1976-2005): organização, desenvolvimento e perspectivas*. 2006. 218 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Curso de Educação, Departamento de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, Ricardo Soares de. **Magnífica e Miserável. Angola desde a Guerra Civil**. Lisboa: Tinta da China, 2015.

PEPETELA. **As aventuras de Ngunga**. São Paulo: Ática, 1981.

PEARCE, Justin. **A Guerra Civil em Angola: 1975-2002**. Lisboa: Tinta da China, 2017.

PEPETELA. 2010. **Algumas questões sobre a literatura angolana**. Disponível em: <<http://www.ueangola.com/criticas-e-ensaios/item/122-algumas-quest%C3%B5es-sobre-a-literatura-angolana>>. Acesso em 04 de junho de 2019.

PESTANA, Nelson. A língua portuguesa em Angola. Lucere - **Revista académica da Universidade Católica de Angola** (n.º 4, Luanda: Centro de Estudos e Investigação Científica/UCAN, 2006, p. 145-157.

PINTO, Alberto Oliveira. **A criança branca de Fanon**. Lisboa: Mercado de Letras, 2018.

VIEIRA, Laurindo. **Angola: a dimensão ideológica da Educação (1975 – 1992)**. Luanda: Editora Nzila, 2007.

## DOCUMENTOS

ANGOLA. *A Vitória é Certa - Guia do Alfabetizador*. Luanda: Ministério da Educação, 1980a.

ANGOLA. *A Vitória é Certa - Manual de Alfabetização*. Luanda: Ministério da Educação, 1980b.

ANGOLA. *Camarada professor! - Cartas sobre o ensino da Língua Portuguesa*. Luanda: Ministério da Educação, Comissão de Língua Portuguesa do Departamento Nacional de Superação, 1980c.

ANGOLA. *Plano Maior do MPLA: Proclamação da Independência da República Popular de Angola; 11 de Novembro de 1977*. Luanda: Ministério da Informação, Imprensa Nacional de Angola, 1975.

MPLA. *A vitória é certa: Manual de alfabetização*. [Pepetela]. [S.l.: s.n.], MPLA, 1968.

MPLA. *A vitória é certa: Manual de Alfabetização*. 2 ed. [Itália]: Lerici Editore, 1970. 77p

MPLA. *A vitória é certa: Manual de Alfabetização*. Porto: Secção Cultural da Associação da Faculdade de Letras do Porto, 1974.

MPLA. *O Partido na luta pela elevação constante da produtividade do trabalho como fator decisivo para o triunfo do Socialismo*. Documentos do D.E.P para o I Congresso, Outubro 1977.



PNUD-Angola. Os desafios pós-guerra. Luanda: Nações Unidas, 2002.

S.E.C. I Simpósio Sobre Cultura Nacional: documentos. Luanda: Secretaria de Estado da Cultura, I.N.A.L.D., 1984.

Recebido em: 08/01/2020

Aprovado em: 29/03/2020